

IGREJA E ESTADO NO BRASIL: UM ENFOQUE HISTÓRICO

Riolando Azzi

Em geral as fases de grandes mudanças políticas, econômicas e sociais provocam também alterações significativas na consciência que a Igreja institucional tem de si mesma. É a partir dessa consciência eclesial, típica de cada período histórico, que se articulam as relações entre Igreja e Estado no Brasil.

Pode-se afirmar que na história do Brasil a Igreja se expressou até o presente mediante quatro modelos eclesiásticos principais: A Igreja-Cristandade, a Igreja-Nacional, a Igreja-Sociedade Hierárquica e a Igreja-Povo de Deus.

Neste estudo queremos analisar as características de cada modelo e as relações com o Estado brasileiro.

I - A CRISTANDEDE COLONIAL (1500-1759)

A concepção da Igreja como Cristandade representa o modelo de mais longa vigência na história brasileira. Ele se afirma incontestemente desde a descoberta até meados do século XVIII. A partir de então o modelo entra em crise, mas consegue sobreviver praticamente até o fim da época imperial em 1889.

Características do modelo Cristandade

A característica principal do modelo de Cristandade é a idéia de que a Igreja institucional se identifica com a sociedade luso-brasileira. Esse espírito de união da instituição eclesiástica com a sociedade civil através da qual ela se implanta e se expande não é novo na história. Pode-se dizer que nasce no século IV sob os imperadores romanos Constantino e Teodósio, ressurgindo na França com a dinastia carolíngia em meados do século VIII, e posteriormente com os monarcas germânicos da dinastia dos Otões e dos Hohenstaufen. Daí a idéia do Sagrado Império Romano-Germânico.

Em conseqüência desse condicionamento, a mensagem cristã passa a ser veiculada exclusivamente dentro das características culturais do povo com o qual a Igreja se identifica. No caso concreto do Brasil, o veículo difusor da fé católica torna-se a cultura lusa. Pode-se portanto afirmar que o catolicismo do período colonial é tipicamente lusitano.

Em vista disso, o projeto colonial lusitano era ao mesmo tempo político e religioso. Daí a expressão de Camões: "dilatam as fronteiras da Fé e do Império". Em outras palavras: a religião era parte integrante da expansão colonial portuguesa.

Embora de início a raça indígena e posteriormente a raça negra fossem majoritárias no Brasil, só podiam expressar seus valores religiosos através da cultura lusitana. Cristianizar os indígenas significava em última análise apor-tuguesá-los.

Os esforços iniciais dos jesuítas no sentido de respeitar alguns valores da cultura indígena encontraram logo forte oposição do primeiro bispo D. Pedro Sardinha, e a experiência não pôde ser levada avante.

Igreja e Estado na sociedade colonial

Na medida em que a Igreja reconhecia o Estado lusitano como católico, este assumia um papel político e religioso ao mesmo tempo.

A própria Santa Sé, aliás, conferia ao governo luso o poder religioso, mediante a instituição do Padroado. Os monarcas portugueses recebiam assim uma delegação de papa para implantar e fortalecer a instituição eclesiástica na colônia. Essa forma, aos reis cabia a fundação de paróquias, dioceses e conventos, a nomeação de párocos, cônegos e bispos, a escolha de missionários para a catequese, a construção de igrejas e capelas, a remuneração do clero. Em síntese, o monarca luso torna-se o chefe efetivo da Igreja do Brasil.

Tal situação fez com que a ação missionária e catequética da Igreja se desenvolvesse dentro do próprio projeto colonizador lusitano. A instituição eclesiástica passava assim a constituir um verdadeiro departamento dentro do Estado. Os negócios eclesiásticos eram administrados pela Mesa da Consciência e Ordens, uma espécie de ministério do culto.

Por conseguinte, a hierarquia eclesiástica no Brasil não tem autonomia, e sua atuação é limitada pelo poder da Coroa. A fidelidade ao trono é uma exigência básica para os bispos, padres e religiosos que vem atuar na colônia luso-brasileira. Dessa maneira, a catequese católica deve servir de apoio e justificativa para o projeto colonizador.

Não existe nenhum bispo que ocupe posição muito destacada no período colonial. É exatamente a vinculação ao padroado português que explica as grandes limitações do episcopado. Três aspectos merecem especial relevo a respeito: o número reduzido de dioceses, as longas vacâncias entre o governo de um bispo e outro e a profunda dependência do poder civil.

A criação das dioceses constituía uma prerrogativa da Coroa. Durante os três primeiros séculos, o Brasil teve apenas sete dioceses: Bahia (1551), Pernambuco (1676), Rio de Janeiro (1676), Maranhão (1677), Pará (1719), Mariana (1745) e São Paulo (1745). A extensão das dioceses era muito ampla, dando poucas condições aos prelados de exercerem suas funções pastorais.

Outro aspecto a ser ressaltado são as longas vacâncias entre um bispo e outro, pois interesses políticos e econômicos retardavam com freqüência a nomeação do sucessor.

Os bispos eram considerados como altos funcionários a serviço da Coroa, devendo restringir sua atuação religiosa às orientações vindas da metrópole. Os prelados que procuraram agir com certa independência foram afastados do cargo pela autoridade civil.

O episcopado tem pouca influência durante o período colonial, limitando geralmente sua atuação aos aspectos de jurisdição e disciplina eclesiástica. Além disso, diversos bispos assumiram supletivamente funções de governo civil, por ocasião de morte ou ausência de governadores gerais ou chefes das capitanias.

Em síntese, pode-se dizer que em geral a Igreja Colonial está a serviço da Coroa, mantendo-se subserviente ao Estado luso.

II - A CRISE DA CRISTANDADE (1759-1840)

Em 1759, no governo de Pombal, os jesuítas foram expulsos do Brasil. Tal data pode ser considerada como o início da crise da Cristandade, e que perdura até o início do Segundo Reinado em 1840. Enquanto os membros da hierarquia eclesiástica mantêm-se nesse período fiéis à Coroa e ao regime colonial, uma parte significativa do clero, especialmente urbano, passa a aderir às idéias liberais, e paulatinamente começa a elaborar um projeto de Igreja Nacional, que todavia não chegou a se efetivar.

Aspectos da crise colonial

Em fins do século XVIII e primórdios do século XIX, inúmeros clérigos recebem a influência das idéias racionalistas e liberais, difundidas pelos enciclopedistas franceses, não obstante a proibição dessas obras tanto pela Coroa como pela Cúria Romana. Além disso a independência dos Estados Unidos em 1776, e a revolução francesa em 1789 repercutem fortemente na burguesia brasileira emergente, na qual o clero ocupa uma posição significativa. Intelectuais, médicos, bacharéis e padres passam a se reunir e fazer planos para a mudança da ordem colonial.

Apesar do rígido controle do governo da metrópole e da hierarquia eclesiástica, são inúmeros os padres que aderem às idéias e aos movimentos revolucionários.

Outro aspecto importante nesse período é o desejo de implantar um modelo de Igreja de caráter nacional, sob a influência da teologia galicano-jansenista, amplamente difundida no Brasil após a expulsão dos Jesuítas.

Tendo a Santa Sé protelado por vários anos o reconhecimento da independência do Brasil, por seus compromissos com a Coroa lusitana, o clero liberal mais ativo passou a considerar a Cúria Romana como inimiga dos interesses brasileiros.

Pouco depois o clero paulista começava a elaborar uma Constituição eclesiástica para a diocese, dando mais valor à participação do clero no governo da diocese ao mesmo tempo em que procuravam defender a autonomia do bispo diante da Santa Sé. A esse respeito, escreve Oscar de Figueiredo Lustosa:

"Segundo eles, o padre deveria identificar-se com o povo, vivendo as suas preocupações, adotando o seu estilo de vida, embora sem perder de vista o seu ofício sacerdotal. Cuidasse, com seriedade, dos interesses dos fiéis, na linha da moralização e da salvação. Para isso, estivessem em condições de atender a todos, sem distinções de categorias sociais, de raças e de posses."

E o mesmo autor acrescenta:

"Um elemento a mais no conjunto das adaptações viria em auxílio do bispo: tendo em vista as condições brasileiras, sobretudo a distância e a dificuldade de comunicações, ampliava-se o poder e a jurisdição episcopal." (1)

É nesse contexto que surge a proposta de reforma moral do clero mediante a abolição do celibato obrigatório, partindo-se da argumentação que a maior parte dos clérigos já vivia em situação irregular. Diogo Feijó, cujo nome foi proposto para bispo da diocese de Mariana, liderou o movimento. Feijó chegou a procurar o apoio do arcebispo da Bahia, D. Romualdo Seixas, a maior autoridade

eclesiástica do Brasil naquele tempo. Este, apesar de ter mostrado nos primeiros anos de episcopado algumas tendências galicanas e regalistas, colocou-se frontalmente contra o movimento do clero, passando daí por diante a aderir sempre mais às diretrizes da Santa Sé. Sem apoio da hierarquia eclesiástica, o movimento do clero paulista fracassou.

Igreja e Estado no período da crise

Podemos dividir as relações entre Igreja e Estado nesse período de crise da Cristandade em duas etapas: a primeira, de meados do século XVIII até a independência; a segunda, de 1822 até o fim do período regencial.

Na primeira etapa existe uma profunda divisão na Igreja do Brasil: enquanto os membros do episcopado, tanto portugueses como brasileiros, continuam mantendo-se fiéis à Coroa, uma parte significativa do clero brasileiro, sobretudo urbano, passa a questionar a ordem colonial, aderindo sempre mais às lutas pela independência nacional.

Na conjuração mineira de 1789, participaram vários membros do clero, destacando-se entre eles a figura do cônego Luís Vieira, o líder intelectual do movimento. Afirma o cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho:

“A atuação dos padres conjurados foi muito mais ativa do que normalmente consta. Possuíam eles uma mentalidade revolucionária, nascida de uma tomada de consciência, fruto de uma situação. Os planos concretos propostos pelos padres José da Silva e Oliveira Rolim, Manuel Rodrigues da Costa e Carlos Correa de Toledo e Melo são tipicamente de uma nova ordem social, bem afinada com o pensamento da Filosofia das Luzes. Deles partiram muitas idéias que visavam a promoção do povo. O Cônego Luís Vieira da Silva teve também um papel importante, porque se partimos do conceito de revolução como sendo um ato de emancipação humana e social, uma transformação radical ou fundamental, uma mudança de regime, de direção e de princípios, constatamos que, mais do que Gonzaga, ele soube preconizar medidas que levariam a essa modificação.”

E mais adiante o mesmo autor acrescenta:

“O projeto revolucionário, tal como foi elaborado pelo cônego Vieira transcende e modifica tudo o que ocorria então e tendia a ser a redenção da vida colonial naquela época.” (2)

Na revolução pernambucana de 1817 o número de clérigos foi tão grande que chegou-se a falar de uma “revolução de padres”. O líder intelectual do movimento foi o padre João Ribeiro Pessoa.

Estando em Pernambuco nos dias da Revolução, Tollenare faz as seguintes referências ao padre João Ribeiro:

“O padre João Ribeiro, a que o estado eclesiástico fez renunciar a presidência do governo, era meu amigo antes da revolução. Creio que o é ainda.

É um homem instruído e sem fortuna, sendo bastante filósofo para desprezá-la.”

Prossegue depois nestes termos:

“Nutrido com a leitura dos filósofos antigos e modernos, ele só respirava pela liberdade, e isto mais por amor dela do que por ambição.

Indignava-se de obedecer a vontades arbitrárias, sem manifestar o desejo de mando.

Arrastado pelas leituras das obras de Condorcet, testemunhava a mais alta confiança no progresso do espírito humano; a sua imaginação ia mais depressa do que o seu século, e sobretudo adiantava-se muito à índole dos seus compatriotas.

Hoje, orgulha-se menos da honra de ser o primeiro magistrado do seu país, do que da glória de ser o seu regenerador.

Quisera morrer, diz ele, agora que o meu país está livre". (3)

Na verdade a revolução vitoriosa durou poucos meses, sufocada em seguida pelas milícias fiéis à D. João VI.

Mas a idéia de liberdade e participação popular ressurgirá em Pernambuco em 1824, tendo então como líder e mártir da Confederação do Equador frei Joaquim do Amor Divino Caneca.

Comentando a participação do clero nessas duas últimas revoluções, escreve Leonardo Boff:

"O móvel das revoluções era mais que político; era obediência a uma consciência sensível à paixão por Deus encarnada na paixão pelo povo contra sua exploração e tiranização pelo sistema imperial e colonizador.

No Brasil e por toda a América Latina se elaborou e penetrou a assim chamada Teologia da Libertação; trata-se de uma reflexão à luz da fé sobre as práticas dos cristãos comprometidos com a libertação dos oprimidos e em função de um projeto alternativo de sociedade, na qual seja menos difícil ser homem e viver a justiça social. . .

Já em 1817 e 1824 muitíssimos da Igreja viveram e morreram por essa causa... Sua morte não foi em vão. A memória histórica caberá não aos algozes do povo mas a seus mártires, entre os quais se contam os heróicos sacerdotes das revoluções de 1817 e 1824." (4)

Enquanto muitos clérigos participavam dos movimentos revolucionários visando derrubar o governo colonial e estabelecer um regime de participação democrática, o alto clero continuava a sustentar o poder estabelecido.

Logo após a independência, alguns bispos portugueses se colocam ao lado de seus compatriotas na resistência à autoridade de D. Pedro I, enquanto o monarca consegue uma adesão significativa do clero brasileiro. Na medida, porém, em que as esperanças de um governo liberal diminuem e se afirma a face autoritária e centralizadora do poder, inúmeros clérigos passam a lutar contra o governo, quer através da tribuna e do púlpito, quer mediante a participação nos movimentos revolucionários. Na guerra dos farrapos no Rio Grande do Sul, por exemplo, é muito significativa a participação de clérigos liberais.

Os bispos brasileiros, por seu lado, se mantêm fiéis ao Trono e defensores declarados da ordem estabelecida. (5)

III - A ROMANIZAÇÃO DA IGREJA (1840-1960)

Se uma das características do período precedente foi um esforço do clero brasileiro para implantar no Brasil uma Igreja de cunho nacional, pode-se dizer que o período seguinte tem como tônica a preocupação de vincular a instituição eclesial à Cúria Romana. Esse movimento é liderado pelo episcopado, e conta

com a colaboração dos institutos religiosos que se estabelecem no Brasil nesse período. Desse modo, a Igreja do Brasil perde o seu caráter lusitano, e passa a apresentar-se cada vez mais como uma instituição tipicamente romana.

A afirmação da Igreja como Sociedade Hierárquica

A partir de meados do século XIX tem início no Brasil o movimento dos bispos reformadores, cujo esforço mais significativo se orienta no sentido de substituir o antigo modelo de Cristandade, vigente no período colonial, pelo modelo de Igreja hierárquica, de inspiração tridentina. É importante assinalar que o espírito do Concílio de Trento só se torna atuante no Brasil a partir dessa época. Uma das preocupações do Concílio fora exatamente definir as áreas de atuação entre Estado e Igreja, reservando para esta os negócios de ordem espiritual, enquanto as questões políticas, sociais e económicas deviam ser conduzidas pelo governo civil.

Se o modelo de Igreja Nacional não conseguiu afirmar-se de modo efetivo, a concepção de Igreja como sociedade hierárquica dominou no Brasil por mais de um século.

Podemos dividir esse período em três fases distintas:

1º **A Reforma da Igreja**, abrangendo o período do Segundo Reinado (1840-1889). A preocupação básica dos bispos é então a reforma do clero, revigorando a lei do celibato eclesiástico e afastando o clero da participação política. Desse modo paulatinamente superou-se a mentalidade liberal vigente no clero. Ao mesmo tempo existe uma preocupação na reforma da vida do povo cristão, afastando-o de suas práticas tradicionais, e levando-o progressivamente a uma visão doutrinária da religião.

2º **A Reorganização Eclesiástica**, que se estende pelas três primeiras décadas da República Velha (1890-1920). O maior esforço nesse período é a criação de novas dioceses, a organização das províncias eclesiásticas e uma maior colaboração dos religiosos estrangeiros na área educativa, na própria atividade paroquial, e na assistência aos pobres e aos enfermos.

3º **A Restauração Católica**, de 1920 a 1960. Durante essa etapa a hierarquia eclesiástica busca reafirmar o seu prestígio na sociedade brasileira. Os leigos católicos passam a ser valorizados como instrumento da hierarquia para afirmar sua presença nas instituições políticas e sociais do Brasil. Mesmo quando seu poder cresce, a Igreja continua a afirmar que sua meta é exclusivamente a defesa da autonomia de ação na esfera espiritual. (6)

Igreja e Estado no período da romanização

Embora afirmando em todo esse período a necessidade da distinção entre as áreas de atividade do poder espiritual e as áreas de atuação do poder temporal, a hierarquia católica continua a enfatizar sempre a necessidade da mútua colaboração entre as autoridades civis e eclesiásticas.

Ao longo do Segundo Reinado, o episcopado e o governo imperial passaram por longos períodos de crises e atritos, que culminaram com a questão religiosa nos anos 1872-75. A raiz desse prolongado estado de tensão estava na consciência progressiva que os bispos assumiam como detentores de um poder es-

piritual que lhes era conferido diretamente pelo papa. Daí a exigência de plena autonomia na administração dos negócios eclesiásticos.

Mas essa autonomia entrava em choque com o próprio poder temporal, o qual exigia a subordinação do clero às diretrizes fundamentais da Coroa, segundo o estatuto do Padroado. De fato, os bispos continuavam sendo nomeados pelo imperador e remunerados pela Fazenda Real.

Não obstante essa luta e tensão pelo poder, a hierarquia católica continuava a declarar-se solidária com o Trono na defesa da ordem social estabelecida.

Assim, por exemplo na representação feita à Assembléia Geral Legislativa em data de 20 de agosto de 1888, D. Macedo Costa, uma das vítimas da questão religiosa, faz a apologia de D. Pedro II e da princesa Isabel neste tópico:

“Se o Império de Santa Cruz tivesse que enveredar-se, o que eu não creio, pelos caminhos da Revolução e de todas as reformas aventurosas, então, humilde bispo, cansado de longas lutas e trabalhos, só me restaria uma coisa: curvar minha cabeça encanecida diante de Deus. . . Mas não. . . Deus salvará o Brasil.”

E prossegue com estas enfáticas palavras:

“Quando o vejo justamente orgulhoso de ter à sua frente um monarca que o mundo admira por seu alto saber e extremada bondade, e ao lado dele, um Anjo cheio de fé, de dedicação e de amor, a quem todos rodeiam da mais profunda veneração. . . eu saúdo o Brasil livre e próspero pela justiça, pela religião, pelo acrisolado patriotismo dos seus filhos, e tomando o posto glorioso que de direito lhe compete entre os outros povos das duas Américas”. (7)

Com a queda do Trono e o decreto de separação entre Igreja e Estado em 1890, a Igreja passou as primeiras décadas da República numa situação de vítima, lamentando sempre que o Estado a tivesse despojado de seus antigos direitos e privilégios sobre a sociedade brasileira. A igualdade entre os cultos por parte do governo, a laicização dos cemitérios, a instituição do casamento civil e o estabelecimento do ensino leigo nas escolas públicas foram considerados pelo episcopado como uma restrição significativa da área de atuação da Igreja.

Não obstante isso, a Igreja continuava a manifestar-se solidária com as autoridades republicanas. Estas, por sua vez, não deixaram também de prestigiar a Igreja, e foi graças aos esforços do governo brasileiro que o Brasil tornou-se em 1905 a primeira sede cardinalícia da América do Sul.

A partir dos anos 20, sob a liderança do arcebispo do Rio de Janeiro D. Sebastião Leme, a Igreja do Brasil cresceu em prestígio na sociedade brasileira. Mobilizando as forças católicas, ele conseguiu que de novo a Igreja assumisse uma posição privilegiada no país. Após a revolução de 30, os sucessivos governos passaram sempre a buscar o apoio da Igreja, e essa situação de colaboração entre Igreja e Estado perdurou inalterada até os inícios da década de 60.

Um exemplo da mentalidade do episcopado nesse período pode ser a declaração dos prelados da província eclesiástica de Mariana a 21 de novembro de 1942:

“Como sabeis, a preocupação máxima do momento é a situação delicada de nossa pátria.

Sobre assunto tão delicado, não podemos fazer coisa melhor do que confirmar o que já dissemos em documento firmado pelo nosso saudoso cardeal Leme e pelos arcebispos do Brasil: Disciplina e obediência ao chefe do governo, antes

de tudo, pois a ele confiou a Providência os destinos do Brasil, e com ele devemos colaborar, com dedicação e confiança, em tudo o que se refira à defesa e ao engrandecimento da nossa pátria." (8)

Convém assinalar aliás que a preocupação dominante da Igreja nesse período era fortalecer o pacto social de caráter conservador entre a burguesia agrária e industrial, visando impedir os movimentos populares de caráter social e revolucionário.

A partir dos anos 50, porém, começam a aparecer os primeiros sintomas de mudança de ótica dentro da Igreja do Brasil.

IV - A IGREJA POVO DE DEUS (1960 em diante)

A celebração do Concílio Vaticano II no início da década de 60 assinala uma mudança significativa da Igreja Católica Universal, e da Igreja do Brasil em particular. A partir de então, observa-se uma evolução na consciência que a Igreja tem de si mesma: a visão tipicamente hierárquica, própria do espírito tridentino, passa a ser substituída por uma mentalidade de maior participação de leigos e clérigos na vida e das decisões eclesiais. Em outras palavras, a definição tridentina de Igreja como sociedade hierárquica passa a ser substituída pelo novo conceito oficializado pelo Vaticano II da Igreja Povo de Deus.

A abertura da Igreja à participação popular

Em contraste com o período precedente, em que toda a vida da Igreja se concentrava nas decisões do episcopado, o que caracteriza a nova etapa é a afirmação progressiva da participação leiga dentro da Igreja. A Igreja vai perdendo o seu caráter de aristocracia eclesiástica, onde os bispos eram considerados príncipes da Igreja, com braços e vestes características, para assumir um caráter mais democrático, onde pastores e fiéis se reúnem para traçar os rumos da atividade pastoral.

Convém observar, porém, que esse novo espírito, embora compartilhado por parte significativa do episcopado, encontra ainda fortes blocos de resistência tanto na hierarquia eclesiástica como no clero e nos fiéis.

Outro aspecto importante desse período é a ampliação da esfera de preocupações eclesiais: a nova pastoral não se restringe mais aos problemas espirituais do povo brasileiro, mas procura abranger a vida toda, inclusive nos aspectos políticos, sócio-econômicos e culturais. Também aqui, porém, a resistência a essa mudança de ótica é muito grande dentro da instituição eclesiástica.

Não obstante essas dificuldades, Carlos Palácio julga que se trata da formação de uma consciência histórica irreversível. Assim analisa ele a evolução da Igreja do Brasil nesse período:

"De maneira um pouco esquemática, poderíamos distinguir três momentos ou etapas na formação dessa nova consciência eclesial. A primeira é a descoberta teórica através das vanguardas cristãs, das contradições da realidade social, e das exigências que tal realidade levanta para a fé e para o compromisso dos cristãos. É o momento das organizações de AC e dos programas de mudança assumidos pela hierarquia. O golpe de 64 interrompeu aparentemente esta experiência

muito germinal ainda, mas na verdade a Igreja não perdeu o contato com as bases; foi, isso sim, obrigada a descobri-las de uma maneira nova, não mais teórica, mas através da experiência direta da pobreza, do sofrimento e da perseguição. Esta seria a segunda fase da descoberta do povo e da configuração da nova consciência eclesial. Finalmente, no surgimento e na consolidação progressiva das CEBs, encontrou a Igreja uma expressão histórica dessa nova consciência”.

E o autor conclui:

“O valor dessas expressões está, antes de tudo, na lenta eclosão de uma maneira original de ser Igreja a partir das bases, na qual, a categoria teológica “povo de Deus” é interpretada também pela caracterização que lhe vem da sua relação concreta com os grupos sociais.” (9)

A multiplicação das comunidades de base entre as camadas populares representa sem dúvida um dos aspectos mais expressivos do modelo da Igreja, cuja implantação se inicia no Brasil.

Tensão entre Igreja e Estado nesse período

Na medida em que a Igreja do Brasil passou a assumir a vida e os valores do povo, começou a perceber com mais clareza como havia sido instrumentalizada no passado pelos interesses do poder político e das classes dominantes. Daí o início de uma atitude mais crítica em suas relações com o Estado. Este, por sua vez, na medida em que a partir de 1964 se instaurou numa linha declaradamente autoritária, passou cada vez mais a perseguir e punir violentamente pessoas e grupos que discordassem de seu projeto político e social. Muitos movimentos e instituições da Igreja passaram a ser vistos como suspeitos. Ação Católica, MEB, IBRADES, para citar apenas alguns exemplos passaram a sofrer a intervenção e a repressão do poder político-militar.

Embora inicialmente a hierarquia eclesiástica tenha expresso sua solidariedade ao movimento militar de 64, pouco a pouco a maior parte do episcopado passou a negar qualquer apoio significativo, e não poucos bispos assumiram mesmo uma atitude de declarada contestação aos métodos e às metas propugnadas pelo governo. Essa posição passou a ser oficializada através dos últimos documentos da CNBB.

Em estudo publicado em 1977 D. Antônio Celso de Queiróz, bispo auxiliar de São Paulo, sintetiza a nova posição da hierarquia eclesiástica nos seguintes termos:

“Apesar de certas indecisões e mesmo contradições, os anos 60 e 70 assistiram primeiro à entrada decidida da Igreja no campo social, e depois, uma cada vez mais nítida tomada de posição de solidariedade com os pobres e marginalizados. Uma das conseqüências mais importantes desse fato foi o distanciamento do poder político. Essa é uma realidade, cremos nós, absolutamente nova na história da Igreja do Brasil”.

E em seguida acrescenta:

“Parece claro que a Igreja troca progressivamente o papel de partilha do poder político para o “bem” espiritual do povo, pelo papel profético de denúncia dos conteúdos anticristãos dos modelos sociais”.

Conclui depois com esta observação significativa:

“Não há sinais, no mundo e no Brasil de hoje, de que essa missão profética possa ser exercida num clima de diálogo pacífico. Os regimes autoritários não são permeáveis a críticas de fora dos sistemas. A Igreja, que no mundo moderno sempre teve grande facilidade de conviver com os regimes autoritários, numa situação de consciência de profetismo descobre a inviabilidade do exercício tranqüilo de sua missão em tais regimes.” (10)

A partir do atual governo, com o início da abertura política, tem havido grande interesse por parte do poder em captar de novo a benevolência da Igreja, e diversos cardiais e arcebispos já manifestaram sua simpatia e desejo de retomar o tradicional acordo entre Igreja e Estado.

CONCLUSÃO

Ao término deste estudo alguns aspectos merecem ser enfatizados.

Convém assinalar em primeiro lugar que as relações entre Igreja e Estado dependem fundamentalmente da consciência que a Igreja tem de si mesma em cada período histórico. Numa ótica mais ampla seria importante ressaltar que a recíproca também é verdadeira: as relações do Estado com a Igreja dependem também da consciência que o Estado tem de si mesmo em cada período histórico. Assim como a consciência da Igreja se expressa através de diversos modelos eclesiais, a consciência do Estado se expressa através dos modelos políticos.

Desde o início do período colonial até os anos 60 a hierarquia eclesiástica sempre se considerou como uma força moral a serviço da ordem estabelecida, afirmando sempre a necessidade de uma mútua colaboração entre o poder político e eclesiástico. Até meados do século passado o episcopado brasileiro viveu numa dependência total do poder civil, sendo os prelados considerados como altos funcionários da Coroa. Foi somente a partir do movimento dos bispos reformadores que a hierarquia eclesiástica passou a se afirmar como um poder espiritual independente, paralelo ao poder político, mas convergindo com as metas do Estado na manutenção da ordem social. Somente nas últimas duas décadas a hierarquia eclesiástica iniciou um processo de distanciamento do poder político, assumindo ao mesmo tempo uma atitude crítica frente ao Estado.

Já na esfera dos clérigos, houve um movimento de contestação direta do poder colonial e da ordem estabelecida a partir de fins do século XVIII, estendendo-se até às primeiras décadas do século XIX. Foi somente mediante uma atuação enérgica por parte dos bispos, e através da presença sempre crescente de religiosos estrangeiros no país que esse movimento foi sufocado. Faltava, porém, para esses clérigos o apoio de uma teologia que lhes permitisse defender também dentro da Igreja a sua posição.

Dentro do atual modelo de Igreja, tanto a opção pelos pobres como a teologia da libertação são marcos teóricos importantes para garantir aos padres que desejam a mudança do modelo político e econômico um ponto de apoio

bastante sólido. É significativa também a presença de diversos bispos nessa nova visão pastoral, que se expressa principalmente através das comunidades eclesiais de base.

É ainda muito prematuro para se afirmar que o novo modelo de Igreja será vitorioso, e que a hierarquia católica se afastará definitivamente de sua tradicional aliança com o poder político. Não faltam, aliás, pressões da própria Cúria Romana, da Nunciatura Apostólica e dos atuais dirigentes do CELAM afim de que se restabeleça quanto antes no Brasil a harmonia e a colaboração entre Igreja e Estado.

NOTAS

1. LUSTOSA, Oscar de Figueiredo, *Reformistas na Igreja do Brasil-Império*, Universidade de São Paulo, Boletim nº 17, Departamento de História nº 10, São Paulo, 1977, p. 132.
2. CARVALHO, José Geraldo Vidigal de, *Ideologia e raízes sociais do clero da conjuração, século XVIII, Minas Gerais*, Universidade Federal, de Viçosa, 1978, p. 41.
3. TOLLENARE, L. F., *Notas dominicais*, Livraria Progresso, Salvador, 1956, pp. 197-198.
4. BOFF, Leonardo, *A partir do reverso da história*, in Gilberto Vilar de Carvalho, *A liderança do clero nas revoluções republicanas 1817-1824*, Petrópolis, Vozes, 1980, pp. 11-12.
5. Vide Azzi, Riolando, *A defesa da ordem social no pensamento de D. Romualdo A. de Seixas, arcebispo da Bahia, (1827-1860)* in *Síntese*, nº 16, maio-agosto 1979, pp. 131-153.
6. Sobre a restauração católica vide os diversos artigos de Riolando Azzi in *Síntese*, nºs 10, 11 e 17, 1977-1979.
7. *A liberdade de cultos; representação à Assembléia Geral Legislativa pelo bispo do Pará*, Rio de Janeiro, 1888, pp. 59-60.
8. *Pastoral coletiva do episcopado da Província eclesiástica de Mariana*, Pouso Alegre, 1942, p. 3.
9. PALACIO, Carlo, *Uma consciência histórica irreversível*, in *Síntese*, nº 17, set-dezembro de 1979, pp. 33-34.
10. QUEIROZ, D. Antônio Celso, *A Igreja no Brasil*, Rio de Janeiro, CRB, 1977, pp. 11-12.